

CAO-JÚRI

Edição n. 01/2021

CUIABÁ, 01 de fevereiro de 2021.

SUMÁRIO

NOTÍCIAS.....	2
CNPG se movimenta e pede celeridade ao STF no julgamento de recursos.....	2
MPMT debate ações imediatas de enfrentamento ao feminicídio.....	2
CNMP emite nota em razão do assassinato feminicida da juíza Viviane Vieira do Amaral Arronzenzi.....	3
Casos de assassinos em série estão em declínio nos EUA e no mundo.....	3
Tribunal do Júri: lugar por excelência do promotor e do advogado criminal.....	3
MP denuncia ex-marido por assassinato de juíza no Rio de Janeiro.....	4
Juiz aceita denúncia contra ex-marido por assassinato de juíza no Rio de Janeiro.....	4
MPPA: Homem é condenado a 92 anos de prisão por crime bárbaro.....	4
Justiça condena União a indenizar familiares de vítima de operação das Forças Armadas no RJ.....	5
MPMG: Homem que matou a ex-namorada em Belo Horizonte é condenado a 21 anos de reclusão.....	5
MPMT: Condenados integrantes de organização criminosa que gravaram homicídio.....	6
MPSC: Homem que matou mãe e irmã em Lages é denunciado por duplo feminicídio.....	6
Cerceamento da palavra do advogado gera nulidade em condenação de júri.....	6
MPPR trabalha pela efetivação dos direitos das vítimas de crimes.....	7
MPRS: Promotoria firma cooperação com Polícia Civil para atendimento a vítimas de crimes violentos...7	
Médicos denunciados pelo MPMG por homicídio em Poços de Caldas vão a julgamento em BH.....	8
MPPA: Jovem é condenado a 16 anos de prisão por homicídio qualificado e lesão corporal.....	8
Homem que matou mulher transexual irá a júri popular por feminicídio.....	8
Tribunal do Júri de São Luís (MA) julga 30 réus neste mês de fevereiro.....	9
STJ.....	9
STJ nega desaforamento de julgamento a acusado de matar advogada.....	9
Ministro Humberto Martins repudia feminicídios e se compromete a combater violência contra a mulher	10
STJ mantém prisão de comerciante acusado de matar a namorada em Fortaleza.....	10
STJ: Réu acusado de feminicídio participará do júri por videoconferência.....	10
STJ: Mantida sessão do júri que vai julgar professor universitário acusado de matar diretor a machadadas.....	11
Morte para remoção de órgãos deve ser julgada pelo Tribunal do Júri, diz STJ.....	11
Reincidência só pode ser reconhecida se foi debatida no Tribunal do Júri, diz STJ.....	12
Qualificadora do feminicídio por crime contra transexual é decisão do Júri, diz STJ.....	12
STF.....	12
Fux lamenta morte de juíza e cobra esforço integrado e sensibilização.....	12
STF: PDT pede inconstitucionalidade da tese jurídica da legítima defesa da honra.....	13
STF: Ministro mantém preventiva de acusado de matar embaixador grego no Brasil.....	13
STF: Ministro nega seguimento a HC de condenado pelo homicídio de Mércia Nakashima.....	13
ARTIGOS.....	14
ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020.....	14

NOTÍCIAS

➤ [CNPG se movimenta e pede celeridade ao STF no julgamento de recursos](#)

Publicação em 07/01/2021

O Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais se irmana, mais uma vez, à luta pelo fim da violência contra mulher, pedindo ao Supremo Tribunal Federal que se manifeste em matérias de relevante importância para evitar que réus condenados por feminicídio pelo Tribunal do Juri tenham suas penas atenuadas ou mesmo sejam absolvidos após recursos que ainda hoje ancoram-se em teses como a legítima defesa da honra.

Para que crimes como o da juíza Viviane do Amaral Arronenzi não caiam no esquecimento, é necessário, além de campanhas e iniciativas que denunciam essa triste realidade, de medidas concretas como o julgamento de ações que tramitam hoje no STF e podem ser definitivas na consolidação de teses como a execução imediata da pena após condenação em júri popular (RE-TEMA 1068) e o afastamento da legítima defesa da honra para absolvições de condenados por feminicídio, assentadas no quesito genérico (ARE-1225185-TEMA 1087).

➤ [MPMT debate ações imediatas de enfrentamento ao feminicídio](#)

Publicação em 07/01/2021

A promotora de Justiça Elisamara Sigles Vodonós Portela, coordenadora do Núcleo de Violência Contra a Mulher do Ministério Público de Mato Grosso, participou de uma reunião para discutir ações imediatas de enfrentamento ao feminicídio e à violência contra a mulher, na terça-feira (29). Com mais de três horas de duração, o encontro virtual foi promovido pela deputada federal Professora Rosa Neide (PT) e contou com participação de 33 autoridades da segurança pública, do Judiciário, do Ministério Público, do Governo do Estado e prefeituras.



➤ [CNMP emite nota em razão do assassinato feminicida da juíza Viviane Vieira do Amaral Arronenzi](#)

Publicação em 08/01/2021

O Conselho Nacional do Ministério Público lamenta profundamente o assassinato feminicida da juíza Viviane Vieira do Amaral Arronenzi, do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), praticado pelo seu ex-marido Paulo José Arronenzi, na frente de suas filhas. O caso escancara não apenas a já anunciada epidemia do quadro de violência doméstica e familiar contra as mulheres, mas também a urgente necessidade de aplicar recursos e garantir efetividade às respostas desta realidade.

➤ [Casos de assassinatos em série estão em declínio nos EUA e no mundo](#)

Publicação em 14/01/2021

O número de assassinatos em série (*serial killers*) subiu progressivamente dos anos 1900, quando havia 72 deles (49 só nos EUA), até a década de 1980, quando atingiu o pico de 985 (768 nos EUA). Da mesma forma, ele vem decaindo, também progressivamente: na década de 2010, foram conhecidos apenas 230 serial killers (117 nos EUA, 113 em todos os outros países).

O ano de pico foi 1987, quando os EUA lidavam com 198 assassinatos em série. Esse número caiu para 43 em 2015 e para apenas dois em 2019, segundo estatísticas provenientes do banco de dados da Radford University e da Florida Gulf Coast University.

➤ [Tribunal do Júri: lugar por excelência do promotor e do advogado criminal](#)

Publicação em 14/01/2021

Reportagem publicada no Anuário do Ministério Público Brasil 2020, lançado em 14 de dezembro no canal da ConJur no YouTube. O Anuário está disponível gratuitamente na versão online e à venda na Livraria ConJur, em sua versão impressa.



➤ [**MP denuncia ex-marido por assassinato de juíza no Rio de Janeiro**](#)

Publicação em 15/01/2021

O Ministério Público do Rio de Janeiro denunciou nesta quarta-feira (30/12) o engenheiro Paulo José Arronenzi por homicídio quintuplamente qualificado contra sua ex-mulher, a juíza Viviane Vieira do Amaral Arronenzi, assassinada a facadas na véspera do Natal na frente das três filhas do casal. De acordo com a argumentação da promotoria, o crime cometido pelo engenheiro tem cinco agravantes: o fato de ser um feminicídio; a presença das três crianças no local do assassinato; a ausência de possibilidade de defesa da vítima; a utilização de meio cruel; e o planejamento do crime.

➤ [**Juiz aceita denúncia contra ex-marido por assassinato de juíza no Rio de Janeiro**](#)

Publicação em 15/01/2021

Além de adequado o ajustamento típico dado pelo Ministério Público, à conduta desenvolvida em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher é ancorada em prova de materialidade e indícios de autoria delitiva, consubstanciados em documentos, perícias, depoimentos e declarações. Com base nesse entendimento, o juiz Alexandre Abrahão Dias Teixeira, da 3ª Vara Criminal da comarca do Rio de Janeiro, aceitou denúncia do Ministério Público contra Paulo José Arronenzi pelo assassinato de sua ex-esposa, a juíza Viviane Vieira do Amaral Arronenzi.

➤ [**MPPA: Homem é condenado a 92 anos de prisão por crime bárbaro**](#)

Publicação em 18/01/2021

Em sessão do tribunal do júri realizado na última sexta (15), no fórum da Comarca de Monte Alegre, o réu Benonias Esquerdo da Costa foi condenado a 92 anos de prisão pelos homicídios da ex-companheira e duas crianças enteadas. O Ministério Público do Pará (MPPA), por meio do promotor de Justiça Luciano Augusto Araújo da Costa, ofereceu a denúncia em 2017 contra o então acusado.



➤ [Justiça condena União a indenizar familiares de vítima de operação das Forças Armadas no RJ](#)

Publicação em 19/01/2021

A Justiça Federal condenou a União a indenizar familiares de vítima de Operação das Forças Armadas em 15 de março de 2015, na comunidade na Vila do João, no Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 250 mil. Além disso, a União deve pagar indenização por danos materiais mediante pensão mensal de um salário mínimo por mês, a partir da data em que ocorreu o assassinato, à filha da vítima até completar 25 anos de idade. A União deve ainda ressarcir os valores gastos a título de funeral e sepultamento, bem como custear ou fornecer, conforme opção das autoras, tratamento psicológico pelo tempo necessário, a ser atestado por profissional competente, mediante reembolso na fase de execução.

➤ [MPMG: Homem que matou a ex-namorada em Belo Horizonte é condenado a 21 anos de reclusão](#)

Publicação em 19/01/2021

Terminou no início da tarde de hoje, 18 de janeiro, no I Tribunal do Júri de Belo Horizonte, o julgamento de um homem de 33 anos, denunciado pelo assassinato da ex-namorada, em fevereiro do ano passado. Ele foi condenado a 21 anos de reclusão e 10 dias-multa. O julgamento teve o promotor de Justiça Lucas Pardini Gonçalves como representante do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). O réu foi condenado por homicídio qualificado – motivo torpe, meio cruel, recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio (art. 121, parágrafo 2º, incisos I, III, IV e VI, parágrafo 2º-A, inciso I); e ocultação de cadáver (art. 211, todos do Código Penal). O juiz Leonardo Machado Cardoso negou o direito do réu de recorrer em liberdade e fixou o dia-multa em um trigésimo do maior salário-mínimo vigente ao tempo dos fatos.



➤ [**MPMT: Condenados integrantes de organização criminosa que gravaram homicídio**](#)

Publicação em 21/01/2021

Dois integrantes de uma organização criminosa em Rondonópolis (a 212km de Cuiabá) foram julgados e condenados na segunda-feira (18) pelo homicídio de Fábio Eugênio Lopes Francisco, ocorrido em 2016. O crime chocou a cidade porque os autores, três homens conforme a denúncia do Ministério Público de Mato Grosso, além de matarem a vítima, filmaram e divulgaram via aplicativo de mensagens a execução.

➤ [**MPSC: Homem que matou mãe e irmã em Lages é denunciado por duplo feminicídio**](#)

Publicação em 22/01/2021

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) apresentou denúncia por duplo feminicídio contra o homem que teria matado a mãe e a irmã no final de dezembro de 2020 na cidade de Lages. A denúncia já foi recebida pelo Poder Judiciário e, assim, o homem tornou-se réu em ação penal.

A denúncia foi apresentada pela 11ª Promotora de Justiça da Comarca de Lages e relata os fatos que teriam ocorrido entre o final da tarde do dia 30 e a manhã do último dia de 2020, motivados por desavenças no núcleo familiar formado pela mãe, de 63 anos, e o casal de filhos, os dois maiores de idade.

➤ [**Cerceamento da palavra do advogado gera nulidade em condenação de júri**](#)

Publicação em 25/01/2021

A 1ª câmara Criminal do TJ/PE anulou sentença condenatória de tribunal do júri ao reconhecer nulidade, uma vez que a defesa teve a palavra tolhida no julgamento. O júri condenou o réu a 19 anos de reclusão. Ao pedir a anulação da sentença, a defesa do



apelante argumentou que a juíza que presidia o júri cassou a palavra do advogado quando este fazia a leitura de informações.

➤ [MPPR trabalha pela efetivação dos direitos das vítimas de crimes](#)

Publicação em 25/01/2021

O Atlas da Violência de 2020, que analisa dados de 2018 do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM-MS), aponta que 57.956 pessoas foram vítimas de homicídios no Brasil naquele ano, o que corresponde a uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes. O Paraná foi o quinto estado da federação com maior número no período – 2.443 –, tendo registrado 21,5 mortes a cada 100 mil habitantes. Segundo a publicação, 91,8% das vítimas em todo o país são homens, a maioria jovens (53% tinham até 29 anos) e com baixa escolaridade.

➤ [MPRS: Promotoria firma cooperação com Polícia Civil para atendimento a vítimas de crimes violentos](#)

Publicação em 25/01/2021

Na segunda-feira, 18 de janeiro, o promotor de Justiça Michael S. Flach firmou Termo de Cooperação com a Polícia Civil de Sapiiranga, representada pelo delegado Fernando Branco, para atendimento das vítimas de violência doméstica e de crimes tentados contra a vida. Pelo termo, ficou previsto que a Delegacia de Polícia de Sapiiranga manterá o atual sistema de sala específica para atendimento de vítimas de violência doméstica, em local apropriado das suas instalações, a realizar-se de forma individual, reservada e humanizada, sendo que durante o atendimento deverão ser observadas na íntegra as cominações dos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 11.340/2006.

Obs. O Termo de Cooperação Técnica está disponível no Banco de Peças para download. [Clique aqui](#) (CAO Júri > Outras).



➤ [Médicos denunciados pelo MPMG por homicídio em Poços de Caldas vão a julgamento em BH](#)

Publicação em 28/01/2021

Teve início na quinta-feira, 28 de janeiro, em Belo Horizonte, o julgamento de três dos quatro médicos acusados de matar uma criança de dez anos em Poços de Caldas, no Sul de Minas Gerais. Um dos médicos denunciados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) teve o julgamento desmembrado. Os crimes teriam ocorrido em abril de 2000. A previsão é que o julgamento dure entre dois e três dias.

➤ [MPPA: Jovem é condenado a 16 anos de prisão por homicídio qualificado e lesão corporal](#)

Publicação em 28/01/2021

Em sessão do tribunal do júri realizada na última quarta (27), na cidade de Canaã dos Carajás, Renuito de Sousa Nobre foi condenado a 16 anos e 8 meses de prisão, com pena a ser cumprida em regime fechado, inicialmente. Em posse de arma de fogo em uma festa e enfurecido por ciúmes, o jovem de 21 anos assassinou Jeovane Batista Belém, bem como atingiu outras duas pessoas, incluindo sua esposa. Na sessão, o Ministério Público do Pará (MPPA), por meio da promotora de justiça Aline Cunha, apresentou a tese de homicídio qualificado pelo motivo torpe que impossibilitou a defesa da vítima, bem como lesão corporal gravíssima por duas vezes. O advogado do réu alegou ocorrência de homicídio simples e legítima defesa.

➤ [Homem que matou mulher transexual irá a júri popular por feminicídio](#)

Publicação em 29/01/2021

Estando o juízo convencido da existência do crime e havendo indícios de autoria, é correta a decisão de pronúncia, já que nesta fase processual a dúvida pende em favor da sociedade. Com base nesse entendimento, a 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal



de Justiça de São Paulo determinou que um homem acusado de matar uma mulher transexual vá a júri popular pelo crime de feminicídio. O caso tramita na 1ª Vara do Júri da Capital e o julgamento está marcado para 8 de abril.

➤ [Tribunal do Júri de São Luís \(MA\) julga 30 réus neste mês de fevereiro](#)

Publicação em 01/02/2021

Começam nesta segunda-feira (1º/2), as sessões de júri popular do mês de fevereiro, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), em São Luís (MA). Como medida de prevenção do contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) há controle de acesso aos salões do júri. É priorizada a entrada de testemunhas processuais, familiares de vítimas e acusados, jurados, promotores de Justiça, defensores públicos e advogados das partes. Os salões também passam por sanitização sempre no dia anterior às sessões. O uso permanente de máscaras é obrigatório para todos.

STJ

➤ [STJ nega desaforamento de julgamento a acusado de matar advogada](#)

Publicação em 07/01/2021

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, negou o pedido de alteração do local onde será realizado o júri popular do professor Luis Felipe Manvailer, acusado de matar a esposa, a advogada Tatiane Spitzner, em Guarapuava (PR). De acordo com o ministro, o desaforamento é medida de exceção, e não há, no momento, situação que ampare o pedido de liminar em habeas corpus feito pela defesa.



➤ [Ministro Humberto Martins repudia feminicídios e se compromete a combater violência contra a mulher](#)

Publicação em 07/01/2021

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Humberto Martins, classificou como um ato brutal e repulsivo o feminicídio cometido contra a juíza Viviane Vieira do Amaral Arronzenzi, na véspera de Natal, na cidade do Rio de Janeiro. Morta a facadas pelo ex-marido, na frente de suas três filhas, a magistrada é mais uma na estatística de mulheres que perdem suas vidas diariamente, como consequência da posição de discriminação estrutural e da desigualdade de poder, que inferioriza e subordina as mulheres aos homens.

➤ [STJ mantém prisão de comerciante acusado de matar a namorada em Fortaleza](#)

Publicação em 08/01/2021

O ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indeferiu liminarmente habeas corpus impetrado em favor de um comerciante acusado do assassinato de sua namorada, de 22 anos, por meio de estrangulamento, em Fortaleza (CE). Ele foi denunciado, em 28 de dezembro de 2007, por homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, meio cruel e recurso que tornou impossível a defesa do ofendido).

➤ [STJ: Réu acusado de feminicídio participará do júri por videoconferência](#)

Publicação em 13/01/2021

O ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indeferiu o habeas corpus em que a Defensoria Pública de Mato Grosso buscava garantir o comparecimento presencial de um réu, acusado de feminicídio, à sessão do tribunal do júri que será realizada parcialmente por videoconferência nesta quinta-feira (14).



O homem foi preso preventivamente e pronunciado pelo crime de feminicídio triplamente qualificado por motivo torpe, emprego de meio cruel e de recurso que dificultou a defesa da vítima. Em 2018, sob o efeito de entorpecentes, ele teria assassinado a esposa com três golpes na cabeça, usando uma tábua de cortar carne.

➤ [STJ: Mantida sessão do júri que vai julgar professor universitário acusado de matar diretor a machadadas](#)

Publicação em 15/01/2021

O presidente do STJ, ministro Humberto Martins, indeferiu pedido de tutela provisória de urgência para suspender a sessão do tribunal do júri que vai analisar o caso de um professor universitário acusado de matar a golpes de machado o diretor do campus da Universidade Estadual do Norte do Paraná no município de Cornélio Procopio. A defesa pleiteou a concessão de efeito suspensivo até o exame definitivo do agravo em recurso especial interposto em busca do desaforamento da sessão do júri marcada para o próximo dia 11 de fevereiro. Argumentou que a manutenção do julgamento na comarca de Cornélio Procopio violaria o direito do réu à plenitude de defesa, em razão de alegadas dúvidas quanto à imparcialidade dos jurados.

➤ [Morte para remoção de órgãos deve ser julgada pelo Tribunal do Júri, diz STJ](#)

Publicação em 15/01/2021

O médico que remove órgãos da vítima e causa-lhe a morte com consciência e vontade pratica o crime de homicídio, tipo penal doloso contra a vida e de competência do Tribunal do Júri. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou recurso do Ministério Público e manteve a decisão de enviar ao Júri o caso de cinco médicos acusados pelo crime de remoção de órgãos seguida de morte de uma criança de dez anos para transplante.



➤ [Reincidência só pode ser reconhecida se foi debatida no Tribunal do Júri, diz STJ](#)

Publicação em 28/01/2021

Em atendimento ao disposto no artigo 492, inciso I e letra b do Código de Processo Penal, o juiz Presidente do Tribunal do Júri fixará a pena do paciente considerando apenas as atenuantes e agravantes que tenham sido objeto de debate em plenário. A norma vale também para o reconhecimento da reincidência. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça concedeu Habeas Corpus de ofício para afastar a agravante da reincidência e redimensionar a pena de um réu condenado pelo Júri. O resultado unânime foi obtido em julgamento em 15 de dezembro de 2018.

➤ [Qualificadora do feminicídio por crime contra transexual é decisão do Júri, diz STJ](#)

Publicação em 29/01/2021

Havendo indicativo de prova e demonstração de possível ocorrência da qualificadora do feminicídio, o debate acerca da sua efetiva aplicação ao caso em que a vítima é mulher transexual é tarefa dos jurados na sessão de julgamento do Tribunal do Júri. Esse foi o entendimento da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu de Habeas Corpus impetrado por réus que, pronunciados por tentativa de homicídio, buscavam excluir a qualificadora do feminicídio em razão de a vítima ter sido designada homem ao nascer.

STF

➤ [Fux lamenta morte de juíza e cobra esforço integrado e sensibilização](#)

Publicação em 08/01/2021

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, o ministro Luiz Fux lamentou publicamente a morte da juíza Viviane Vieira do Amaral Arronenzi, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.



➤ [STF: PDT pede inconstitucionalidade da tese jurídica da legítima defesa da honra](#)

Publicação em 11/01/2021

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a constitucionalidade da tese jurídica da “legítima defesa da honra”. Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779, com pedido de liminar, a legenda argumenta que, com base na interpretação de dispositivos do Código Penal e do Código de Processo Penal, Tribunais do Júri têm aplicado a tese e absolvido feminicidas. A ADPF 779 foi distribuída ao ministro Dias Toffoli e já foi encaminhada à Presidência do Tribunal para apreciação da liminar.

➤ [STF: Ministro mantém preventiva de acusado de matar embaixador grego no Brasil](#)

Publicação em 22/01/2021

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou liminar no Habeas Corpus (HC) 195471, em que a defesa de E. M. T. M., um dos acusados de matar Kyriakos Amiridis, embaixador grego no Brasil, em 2016, pedia a revogação de sua prisão preventiva. A decisão do ministro foi tomada no Habeas Corpus (HC) 195471.

➤ [STF: Ministro nega seguimento a HC de condenado pelo homicídio de Mércia Nakashima](#)

Publicação em 25/01/2021

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (julgou inviável) ao Habeas Corpus (HC) 196942, em que a defesa do policial militar reformado Mizael Bispo da Silva, condenado pelo homicídio da advogada Mércia Nakashima, buscava a redução da pena. A vítima era ex-namorada de Mizael e seu corpo foi encontrado na represa de Nazaré Paulista, no interior de São Paulo, em junho de 2010. Atualmente, ele cumpre pena, em regime semiaberto, na Penitenciária II de Tremembé (SP).

ARTIGOS

- [A hipótese de recurso contra absolvição de réu com base em quesito genérico](#)
(Enzo Pravatta Bassetti, Promotor de Justiça do MPMG)
- [Infrações de menor potencial ofensivo e Tribunal do Juri: a posição do STF](#)
(Rômulo de Andrade Moreira, Procurador de Justiça do MPBA)
- [Juri: soberania e reforma: por que a honra não está "entre as pernas"](#)
(Lenio Luiz Steck, jurista)
- [Manifesto em defesa do Tribunal do Juri](#)
(Cesar Dario Mariano da Silva, Procurador de Justiça do MPSP)

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020

[Baixe aqui.](#)